

Coetzee: Entre alegorias e interpretações

José Alexandre Tavares Guerreiro
Universidade de São Paulo
Brasil

Para Miguel Reale Jr e Judith Martins-Costa

Resumo: Esse ensaio investiga questões de autoria, criação literária e interpretação na obra *Diário de um Ano Ruim*, de Coetzee. A autoria incorpora não apenas a liberdade do autor, como igualmente a liberdade que cerca e recobre, genericamente, o próprio fato da criação. Toda essa trama entre vários níveis de narrativa ou ensaio, numa interação de sentidos às vezes indiferenciados, compõe um discurso sobre problemas de interpretação. E, conseqüentemente, a liberdade da interpretação, que não é questão de “*autoridade*” ou “*sabedoria*”. O que Coetzee propõe, na obra, é questão sobre os limites da ficção, sobre os limites dos assim chamados gêneros e sobre as formas da literatura. Em outras palavras, *Diário de um Ano Ruim* vem a ser um problema a resolver, ou seja, a questão da autêntica interpretação, na qual a combinação (aparentemente dissonante) do ensaio e da anotação diária de uma sutil relação entre JC e Anya, evoluem paralela, mas indissociavelmente.

Palavras-Chave: Autoridade; Alegorias e Interpretações; Limites da Ficção; *Diário de um Ano Ruim* de Coetzee

Abstract: This essay investigates the issues of authority, literary creation and interpretation in the work *Diary of a Bad Year*, by Coetzee. Authority embodies not only the liberty of the author, but also the liberty surrounding and recovering, generically, the fact of creation itself. This entire plot among many levels of narrative or essay, in an interaction of meaning sometimes undifferentiated, composes a discourse about the problems of interpretation; and

consequently, the liberty of interpretation, which is not an issue of ‘*authority*’ or ‘*wisdom*’. What Coetzee proposes in the work is the issue about the limits of fiction, about the limits of the so-called genres and about the forms of literature. In other words, *Diary of a Bad Year* is a problem to be solved, a question of authentic interpretation, in which the combination (apparently dissonant) of the essay and diary of a subtle relationship between JC and Any, evolve collaterally, but indissolubly.

Key-words: Authority; Allegories and Interpretations; Limits of Fiction; *Diary of a Bad Year* by Coetzee.

Uma tentação imediata e óbvia, ao início da leitura de **Diary of a Bad Year** (2007), será a de identificar JC ao próprio Coetzee. A tentação é forte demais, quase intuitiva. Procura-se confirmar a biografia na obra, ou vice-versa. Mais que tentação, a possibilidade chega a ser desafio. Mas, como sugere o próprio texto, ao aludir à linguagem poética e ao brilho da poesia (ou “**metaphorical spark**”), para tudo sempre haverá uma outra leitura, mesmo para algumas semelhanças ou sugestões intensas. Resta saber a que se refere essa alteridade: outra leitura sim, mas em relação a qual primeira leitura? E em que ordem se dá essa leitura: da vida à obra, ou da obra à biografia?

Nesse ponto é possível perceber, mais que simples armadilha, a proposta central de toda e qualquer literatura: diferenciar, a cada experiência da mesma base textual, as diversas interpretações que dela podem derivar ou que sobre ela podem incidir. Não é preciso necessariamente aderir a um tipo determinado de estética da recepção, nem continuar a festejar a morte do autor, para que se dê conta de que as versões ou diversões do “real” variam ou podem variar intensa e profundamente, fugindo das regras e dogmas, escapando dos limites do fático, do biográfico, do verossímil ou até mesmo do razoável. A interpretação é muitas vezes predatória, tanto quanto as liberdades também o sejam, para desespero de seus inimigos. A muitos, as liberdades assustam, quando são ou podem ser excessivas, sem limite, temerárias. Porque toda criatividade surpreende.

O próprio articulista JC dirá das assim ditas imposturas da autoria (“*impostures of authorship*”) que, mais de um quarto de século atrás, haviam sido

denunciadas por Roland Barthes e Michel Foucault, na mesma linha anterior de Sterne e Diderot. Nesse admirável pequeno ensaio que é “On authority in fiction”, o que se lê é a confissão de alguém que sabe perfeitamente: literatura e verdade, definitivamente, não são a mesma coisa. Nem uma necessariamente conduz à outra. Ou, antes, o que normalmente se dá é a verificação da diferença entre sabedoria e a linguagem poética, evidente no Tolstoi escritor e no Tolstoi pretensamente sábio (e também em Walt Whitman). Salvo engano, existe nessa peça um jogo de palavras: “**authority**” tanto pode significar sabedoria (**authority** como **wisdom**) quanto a criação autoral (**authorship**). Se ambos os fenômenos se tangenciam na etimologia, distanciam-se, porém, enormemente, na aplicação de ideias diversas no plano da vida. A autoria encarna não apenas a liberdade de quem cria, como igualmente a liberdade que cerca e recobre, mais genericamente, o próprio fato da criação. E, conseqüentemente, a liberdade da interpretação, que não é questão de “**authority**” ou “**wisdom**”.

O livro de Coetzee constitui efetivamente ficção, metaficção ou alguma variante experimental daquilo que conhecemos por ficção em prosa, desde Fielding, Defoe, Richardson? Algo semelhante à ficção de Borges? Ou será, ao contrário, outra especulação sobre a ficção, predisposta a investigar seus limites e estendê-los até onde for possível? Mais agudamente: toda essa trama entre vários níveis de narrativa ou ensaio, numa interação de sentidos às vezes indiferenciados, não comporá, em última análise, um discurso sobre problemas de interpretação? O que parece estar por trás desses quadros, que variam da política à doença e à senilidade, pode ser mais que uma simples disposição polimórfica de temas disparatados (numa suposta “outra” ordem), que, na verdade, um debate entre realidade e aparência, ou, melhor a visão da realidade (da realidade tida como objetiva) e da aparência (ou seja, de uma representação da realidade, que se sabe apartada da realidade objetiva, por alguma distorção da vista).

É por essa razão que parece extremamente discutível o clichê de quase toda a imprensa, por ocasião do aparecimento do **Diary**, inclusive do Sunday Times, que categorizou a obra de Coetzee como uma espécie de “mix” de especulação filosófica e de ficção. Essa pode ser a aparência do texto, ou seja, a descrição linear de uma

narrativa em que coexistem, lado a lado, elementos tradicionalmente filiados à ensaística e elementos tipicamente vinculados ao diário de confissões íntimas e de reflexões do cotidiano, o **journal**. Essa visão pode até mesmo simplificar o **Diary**, mas não lhe faz justiça, na medida em que recusa a proposta mais clara e menos superficial – a de conter fragmentos de vivências diversas, aparentemente díspares e separadas por formas diferentes, mas cujo conjunto não é nem ensaio filosófico, nem apenas miúdos esboços de ficção, mas um composto em que as partes se perdem diante da construção final. Há quem possa questionar o caráter ficcional do ensaio sobre o terrorismo ou daquele outro sobre Tony Blair, mas não será tão fácil questionar a integração de cada ensaio na perspectiva de vida que se abre com o livro. Uma evidência se impõe: o mínimo que Coetzee propõe, no **Diary**, é questão sobre os limites da ficção, sobre os limites dos assim chamados gêneros e sobre as formas da literatura. Se se preferir, uma nova indagação sobre o romance, sobre seus limites...

Em outras palavras, **Diary** vem a ser um problema a resolver, o que significa, uma questão de autêntica interpretação, na qual a combinação aparentemente dissonante) do ensaio e da anotação diária de uma sutil relação entre JC e Anya, evoluem paralela, mas indissociavelmente.

No centro disso tudo, está sempre a possibilidade de entendimentos diversos sobre a mesma palavra, em relação ao dogmatismo de seu significado léxico. As palavras, na criação literária, são por força entidades de conteúdo variável: “The masters of information have forgotten about poetry, where words may have a meaning quite different from what the lexicon says, where the metaphorical spark is always one jump ahead of the decoding function, where another, unforeseen reading is always possible”.

Daí a relativização da própria utilização das palavras, em vários contextos, segundo a força das circunstâncias. O escritor passa por esses momentos em que sua capacitação sobre os fatos é limitada, nos quais não se pode dele exigir qualquer vinculação necessária a uma verdade por assim dizer explícita, inegável, geral e sempre igual. A criação não se compadece com esse tipo de cega e incondicionada fidelidade, não funciona como seu mero registro, não se filia à ética das realidades. A

ficção desborda de todos esses limites, foge da regra e da normalidade, assim como, às vezes, os políticos são levados a contrariar o “**reality principle**”, quando submetidos a determinadas pressões, que os levam a não diferenciar entre a verdade e a mentira (“to tell the difference between the truth and the lie”, (p. 126).

Mas, a ética do escritor não é a ética do político. Não tem ele a liberdade para enganar a quem quer que seja, como o chefe de estado pode enganar o povo, mesmo quando o faça premido por forças irresistíveis. Sua liberdade não se volta a estabelecer verdades úteis ou necessárias, ou a tirar materialmente qualquer proveitoso partido da desconformidade do verbo com o real. Sua liberdade é de permitir às palavras suas variantes inumeráveis, suas possibilidades mais complexas e inesperadas, distantes das fixações lexicais. Essa é a liberdade que se permite a quem irá confrontar aparências e realidades, sem a necessária sabedoria, um dia atribuída a Tolstoi, ou a Whitman, mas localizada fora de seus respectivos universos poéticos – sabedoria portanto irrelevante, na obra de um e de outro. No máximo, o criador arma os conflitos (como esse conflito que subjaz ao **Diary**), que a interpretação pode iluminar e resolver, mas tudo se passa na atmosfera da liberdade.

No fundo, a interpessoalidade JC/Anyá vem a ser apenas um dos planos desse conflito ou desse diálogo – o outro plano é a colocação de uma severa opinião política, uma “**strong opinion**”, como se denominava a publicação à qual se destinavam os artigos/ensaios políticos de JC. Já se notou que as opiniões políticas de Coetzee (não de JC) não tinham caráter “forte”, ou agressivo, sendo, ao contrário, ponderadas e bem argumentadas. Nesse momento caleidoscópico, a realidade e a aparência se apresentam como temas vigentes, numa confrontação direta – na mesma página, num só instante, exigindo, assim, alguma decisão por parte do leitor, a começar da simples possibilidade de um entendimento linear de temas autônomos, para terminar numa fusão, que vem a ser exatamente um problema de interpretação: um problema que deve ser resolvido mediante a procura de “outras” componentes, sob “outras” luzes. A interpretação vem a ser o resultado de um esforço de compreender complexamente e de modo unitário um texto que, na enunciação, propõe fases diversas, instâncias diferenciadas, conjunturas não “aparentadas” entre

si. Aparentemente não aparentadas. Em última análise: a busca de ligações, de sentidos relacionados, de relações.

Coetzee produziu muito em termos da **literatura do outro**, em que a distinção entre pessoas não funciona apenas para “distinguir” pessoas, mas para arguir uma questão permanente de identidades (das realidades e aparências). O **alter ego** é seu campo, não há dúvida, inclusive para quem percorre as lições de Elizabeth Costello. Mas, esse culto da alteridade diferenciada, proposital e explícita, vem se enfatizando na obra de Coetzee, e na verdade pode ser entrevisto em muitos outros exemplos, alguns por assim dizer paradigmáticos, como, na língua portuguesa, em Machado de Assis e principalmente em Fernando Pessoa, mas igualmente em Proust e em Borges. O **outro** é realmente um rico e original veio literário? Ou, a final de contas, toda vez que um texto literário vem a algum destinatário, de Homero a Kafka, de Baudelaire a Beckett ou de Cervantes a Pirandello, não haverá uma sutil insinuação de alteridades encobertas, por vezes disfarçadas, por vezes claríssimas?

Mesmo sem recorrer aos extremos da narratologia, que permite ver a ficção em Tucídides ou nos relatos da Copa do Mundo da África do Sul, há sempre e por toda parte uma sugestão fascinante; a sugestão de ser ou parecer outro, a que se contrapõe o ser lido ou percebido como outro, não o que escreve nem o que a escrita indica ser quem é, mas um “outro” nebuloso, imaginado, suspeitado, não confessado. O outro de Coetzee, ou seja, JC ou Elizabeth Costello.

A confrontação entre o escritor JC e Anya oferece ângulos de observação que haverão de influenciar precisamente a tarefa diária da interpretação. Há um escritor de opiniões fortes (**of strong opinions**), mas cujo entendimento do mundo e das pessoas não coincide com o de Anya – pois esta se permite (com a maior naturalidade) formular suas próprias opiniões sobre as opiniões de JC. Dir-se-á que são dois níveis de interpretação, um alto, outro baixo, um mais informado, outro menos. Mas ninguém pode negar que não há razão absoluta que imponha, para cada trecho da vida ou da literatura, uma só interpretação, ou um só nível de interpretação. E nisso não há ideologia igualitária, proletária, comutativa. Há apenas um fato, um fato da vida, uma inevitável realidade da vida. Para JC, o pergaminho do prêmio

Nobel, pendurado em uma parede de sua casa, tem um valor. Para Anya, se tem algum, há de ser outro. São valores que diferem ou apenas vistas que enxergam o mesmo pergaminho segundo seu individual ângulo de observação do mundo? E o leitor, porventura aplicado a descobrir se JC é o próprio Coetzee, acaba podendo cair na realidade banal: aquele pergaminho é uma paródia do autor Coetzee, um exagero como adorno, algo que não tem o valor do prêmio, que não representa o prêmio. As pessoas se interpretam, também, e muito raramente coincidem na sua recíproca interpretação. Anya perguntará a JC: “You have no idea what kind of person I am, do you? she said”

Mas, os problemas não são as diferenças que há entre as pessoas e entre as visões que articulam do mundo e das outras pessoas. Os problemas são as diferenças da interpretação que orientam umas e outras. Talvez as grandes diferenças sejam devidas a informações desiguais. Ou a preconceitos. Ou a experiências passadas. Mas, a literatura não explica, nem pode ou deve explicar tais diferenças, porque quem explica geralmente complica ainda mais. Daí a necessidade imperiosa de viver, ou seja, de praticar a experiência, de ler e viver, de viver e ler, na liberdade, em ambas as esferas. Não vale interpretação que não seja livre. Não chega a valer. Cada experiência (cada leitura) gera uma interpretação. É o momento que conta, o momento interpretativo. Ouvi cem vezes a Sonata de Scriabn e pretendo ouvir mais cem. A cada vez ela será uma, isolada na sua individualidade. Seria erro pensar que Coetzee desprezaria a individualidade ou faria pouco de sua proteção. Mas, já aqui estamos em outro plano.

Vários componentes da humanidade de JC se articulam, a começar de um difuso mas potente sentimento da culpabilidade por erros ancestrais, relacionados à violência da repressão aos movimentos de superação do **apartheid**. Ou à violência inerente ao colonialismo e ao neocolonialismo. Todo o ressentimento contra a redução contemporânea do **free speech**, em razão das assim chamadas políticas de guerra ao terrorismo, produz forte efeito alegórico: a sufocação da liberdade fundamental de todo regime político democrático mimetiza a sufocação das vozes de protesto contra a iniquidade que assolou durante tanto tempo a vida social da África

do Sul. Trata-se, no ensaio sobre o terrorismo, da nenhuma razão que o Estado pode ter “for interfering with our freedom to write and speak as we wish”. E se trata, igualmente, da perda da privacidade das pessoas, submetidas a controles estatais sobre toda espécie de comunicação. Passa-se, assim, da memória de uma repressão passada à prática de uma nova repressão. Reitera-se o mesmo equívoco de sempre: a violência contra a liberdade. E, agora, adiciona-se: “private life is, to all intents and purposes, a thing of the past”.

Toca-se assim no elemento temporal da aventura humana, desde a perspectiva das liberdades públicas, seguidamente afetadas, até a própria situação pessoal de JC, que envelhece e adquire, com o passar dos anos, essa feição incômoda de quem já se apresta a desaparecer da existência, numa relação ambígua com a juventude de Anya, numa esfera diversa, em tempos diversos, marcados pelas vidas diferentes, que a cada qual é dado viver.

JC é lúcido, convém notar. Tem ele (ou parece ter) a compreensão kantiana, que Borges teve, da ordem do universo: dessa ordem que não reside no universo propriamente dito, mas nos paradigmas de pensamento que usamos, nas categorias da razão humana. Essa afirmação garante, por assim dizer, um mínimo de previsão, um sentido de equilíbrio, uma relação fundamental de equilíbrio entre coisas, pessoas e relações. Mas, existem também estimativas probabilísticas. Existe sempre o erro, em termos de risco. Distinguir entre certeza racional (a ordem no universo) e a variação das probabilidades (na experiência vital) é a base de toda interpretação, pelo menos daquela que aspira a um mínimo de aceitação, a um mínimo de compreensão e credibilidade. Na literatura, passa-se o mesmo. Interpreta-se sempre, livremente. Mas alguma interpretação persiste, outra perece. Não há dogmas, mas há experiências de vida e experiências que integram culturas. E que assim se estabilizam.

Há fundamento, portanto, em considerar **Diary of a Bad Year** uma proposta de interpretação, não como equação matemática a resolver, como enigma a decifrar, ou como relato de dados autobiográficos a conferir, mas como experimento na conduta de pessoas, no entendimento de situações, na percepção dos tênues fios que as relacionam e que as tornam, a final, partícipes de uma mesma realidade (ou de

uma aparência). Interpretar é congregar e não deve desintegrar, por definição. O contrário da boa interpretação não é a má interpretação, mas a negativa da interpretação, a radical recusa da interpretação. E da interpretação como exercício de liberdade.

A ideia de diluição de realidades distintas em uma só, ou a fusão de diversas visões da realidade tendo como resultante uma nova e diversa realidade não se pode considerar nova, em literatura. Toda a tradição do carnaval, por exemplo, na reveladora perspectiva de Bakhtine, compreende exatamente uma curiosa interação entre vida e arte, ou seja, entre a vida sem os atributos específicos do espetáculo teatral, mas representada como cena e assim vivida **realmente** durante os festejos carnavalescos. A oposição arte/vida aparece, em Bakhtine, como uma forma concreta (embora provisória) da própria vida, da vida vivida no carnaval. Em Rabelais, por exemplo, já se encontra, com nitidez, esse fenômeno, consistente em levar a experiência humana a uma dada situação em que se confundem os limites: aqueles da arte e aqueles outros da vida (convencionalmente rotulada “real”). Esse gênero de indagação leva certamente a concluir pelo que há de também convencional entre os limites da realidade e da aparência. A mesma exploração desses limites, levando-os a possíveis extremos, está caracteristicamente presente na obra de Coetzee. Interpretá-la significará extrair de seu conteúdo não a fidelidade a uma suposta realidade objetiva (a vida e atividade do escritor Coetzee) mas sim a expressão de uma nova e, portanto “outra” realidade, (que, repito, não se mede pela inquirição da vida e atividades do escritor Coetzee), para checar sua coerência, mas da vida desenhada no texto, em que Coetzee não existe, substituído por sua criatura JC, autor das “**strong opinions**”, interagindo com Anya e com um mundo de imaginários leitores de sua coluna de breves ensaios. Para quem quiser, ensaios ficcionais...

Recebido em 19 de julho de 2011.

Aprovado em 15 de agosto de 2011.

64

*Coetzee: Entre
alegorias e
interpretações*

Jose Alexandre
Tavares
Guerreiro